



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

INSTRUÇÕES

1. Este caderno de prova compõe-se de 20 (vinte) questões.

2. Instruções para a realização da prova:

- Marque apenas **UMA OPÇÃO** por questão.
- Resolva primeiro a **PROVA** e, após, transcreva cada alternativa que julgar correta para o **CARTÃO RESPOSTA**.
- Anote suas respostas no quadro abaixo e recorte-o na linha pontilhada.
- Devolva o **CADERNO DE PROVA** junto com o **CARTÃO-RESPOSTA**.

3. Instruções para o preenchimento do Cartão-Resposta:

- Utilize apenas caneta esferográfica preta/azul.
- Assine no campo apropriado, sem ultrapassar os limites do espaço a que se destina.
- Marque as respostas no campo apropriado em letra de forma.
- Preencha o espaço corretamente porque não haverá, em hipótese alguma, substituição do **cartão resposta**.
- **Evite rasuras e dobras** no cartão-resposta.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 2 HORAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Acerca dos remédios constitucionais (Habeas Corpus, Mandado de Segurança e Habeas Data), assinale a alternativa correta:

I) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e também por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

II) Determinado cidadão postulou o fornecimento de uma certidão de antecedentes criminais para fins de trabalho junto ao cartório distribuidor local. O pedido de emissão da certidão foi negado por escrito pelo titular da serventia. A ação judicial cabível é a impetração de um *Habeas Data*, eis que esta ação constitucional visa a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

III) O *Habeas Corpus* foi garantido constitucionalmente a partir da Constituição de 1891, permanecendo nas Constituições subsequentes, inclusive na de 1988, que, em seu art. 5º, LXVIII, estabelece: conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

IV) Compete originariamente ao TJPR o julgamento de *habeas corpus* contra decisão da Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais desta Unidade Federativa.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e III estão corretas.
- d) As assertivas I, III e IV estão corretas.

02. "Louro José", residente nesta cidade, se envolveu numa briga com o dono da confecção onde trabalhava em Paranavaí e é preso. A mulher dele, Ana Maria, estudante de Direito, impetra *habeas corpus* em favor dele. Assinale a resposta correta:

- a) A mulher de José não poderia impetrar *habeas corpus*, por se tratar de ato privativo de advogado e depender de outorga de poderes.
- b) Por se tratar de fato ocorrido no ambiente de trabalho, compete à Vara do Trabalho de Paranavaí apreciar o pedido.
- c) Ana Maria poderia contratar um advogado para impetrar *habeas corpus*, mas dependeria, sem exceção, de outorga de poderes para tanto.
- d) A mulher de José poderia impetrar *habeas corpus* perante a Vara do Trabalho de Paranavaí, independentemente de procuração.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

DIREITO CIVIL

03. É antiga a máxima jurídica segundo a qual o exercício de um direito não pode ficar pendente de forma indefinida no tempo. O titular deve exercê-lo dentro de um determinado prazo, pois o *direito não socorre quem aqueles que dormem*. Acerca da prescrição e da decadência assinale a **alternativa correta**:

I) Com fundamento na pacificação social, na certeza e na segurança da ordem jurídica é que surge a matéria da prescrição e da decadência. Pode-se ainda afirmar que a prescrição e a decadência estão fundadas em uma espécie de boa-fé do próprio legislador ou do sistema jurídico.

II) A decadência tem relação com um estado de sujeição, próprio dos direitos potestativos.

III) Na prescrição, nota-se que ocorre a extinção da pretensão; todavia, o direito em si permanece incólume, só que sem proteção jurídica para solucioná-lo.

IV) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita (o devedor ou qualquer interessado).

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e III estão corretas.
- d) As assertivas I, III e IV estão corretas.

04. Acerca do direito de vizinhança e das formas de aquisição da propriedade móvel/imóvel, assinale a **opção correta**:

I) Muitos dos casos que ocorrem no âmbito dos juizados especiais cíveis estão atrelados aos chamados direito de vizinhança que são previsões legais que tem por objetivo regulamentar a relação social e jurídica que existe entre os titulares de direito real sobre imóveis, tendo em vista que a proximidade entre prédios ou apartamentos em edifícios, não raro, gera animosidade e problemas de intrincada solução. Para atingir o desiderato de harmonização de relação entre vizinhos, a lei limita reciprocamente o exercício do direito de propriedade dos vizinhos, apontando para a preservação do interesse público e privado.

II) O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, não podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo; porém a condição natural e anterior do prédio inferior não pode ser agravada por obras feitas pelo dono ou possuidor do prédio superior.

III) A passagem forçada confunde-se com as servidões de passagem. Já que ambas são institutos do direito de vizinhança.

IV) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

d) As assertivas I, II e III estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

05. Assinale a alternativa correta:

- a) A confissão é, de regra, divisível, podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável. Cindir-se-á, todavia, quando o confitente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.
- b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica e da autenticidade ou falsidade de documento. É inadmissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- c) O juiz dará curador especial, dentre outros, ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa que podem litigar perante os juizados especiais.
- d) O réu que, por não argüir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide; será condenado nas custas a partir do saneamento do processo e perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios.

06. Acerca das provas no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial.
- b) A parte não é obrigada a depor de fatos criminosos ou torpes, que lhe forem imputados e a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo. Esta disposição se aplica às ações de filiação, de desquite e de anulação de casamento.
- c) O documento público faz prova só da sua formação, e não dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.
- d) As provas podem ser produzidas em qualquer fase do processo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

07. Assinale a alternativa correta:

- I) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- II) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

III) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, já que os autos tramitam exclusivamente na delegacia de policia civil. Depois de ordenado o arquivamento, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

IV) Louro José foi indiciado formalmente por homicídio triplamente qualificado. O Inquérito Policial tramita na delegacia de Policia Civil desta cidade. O indiciado requer a expedição de uma certidão de antecedentes criminais exclusivamente dos feitos em andamento naquela repartição pública. A certidão deverá ser emitida constando, obrigatoriamente, as anotações referentes a instauração do inquérito contra o requerente.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

08. Acerca das provas, das intimações, citações e da competência em matéria processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- c) Louro José cometeu um crime de roubo na cidade de São Carlos do Ivaí, comarca de Paraiso do Norte. Evadiu-se do local do crime. Os policiais militares daquele município e da cidade de Nova Esperança o perseguiram e conseguiram prende-lo em flagrante na comarca de Maringá. Assim, considerando que ele foi preso em flagrante delito na comarca de Maringá a competência processual será do juízo desta cidade.
- d) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicilio ou residência do réu.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

09. Em uma audiência preliminar do juizado cível, a autora da ação contou ao conciliador a seguinte história: "Comprei um sapato em 08.03.2013 na loja X pelo valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Efetuei o pagamento à vista e em moeda corrente. No dia 22.03.2013 o salto do bem acabou se soltando sozinho. Em 23.03.2013 a autora reclamou formalmente perante o fornecedor do produto acerca do defeito. Hoje, 14.06.2013, ainda não havia recebido qualquer resposta da empresa". Você, conciliador, estando em uma audiência destinada à solução pacífica do litígio deve saber:

I) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis – no caso um sapato deve ser tido como um bem durável.

II) A autora poderia fazer uso das prerrogativas dispostas no artigo 18, § 1º do CDC: "Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

III) A prescrição é interrompida, dentre outros, pela reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

IV) O conciliador, diante do atual estágio de desenvolvimento do processo civil no Brasil, aliado aos ideais norteadores da Lei 9.099/95, deve, utilizando-se dos meios técnicos, buscar a solução do conflito através de uma composição amigável.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

10. Assinale a alternativa correta com base no enunciado da questão 09. Em havendo condenação da empresa jurídica ré ao pagamento de danos materiais e morais pelo Juiz supervisor dos juizados especiais e esta não efetuando a quitação no prazo determinado ante a falência, deverá ser procedido(a):

- a) a aplicação da teoria inglesa da *disregard doctrine* com a imediata desconstituição da personalidade jurídica da pessoa jurídica ré.
- b) a extinção do processo sem resolução de mérito.
- c) a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da empresa ré, nos termos do artigo 28 do CDC.
- d) o arquivamento dos autos no arquivo provisório.

LEI 9.099/95 E ENUNCIADOS DO FONAJE

11. Em relação ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa incorreta:

- a) No âmbito da Lei 9.099/95, é possível a formulação de pedido oralmente. Contudo, é inadmissível a citação editalícia.
- b) o mandato ao advogado poderá ser verbal.
- c) é cabível a realização de inspeção em pessoas ou coisas.
- d) não se admitirá reconvenção nem a formulação de pedido genérico.

Para a solução das questões 12 e 13 tenha como base as seguintes informações:

"Em determinado dia do expediente forense, compareceu na secretaria dos juizados especiais de uma comarca desta Unidade Federativa um jurisdicionado que, por causa transitória, não podia exprimir sua vontade. Relatou ao servidor que o atendeu que havia adquirido da empresa de telefonia celular do município o mais moderno celular disponível no mercado pagando a quantia de três mil reais. Asseverou que a tela do aparelho estava quebrada e não dava para fazer ligações. Informou, por fim, que procurou a assistência técnica da empresa para solucionar o problema, mas não obteve êxito. Comovido com a situação do jurisdicionado o servidor autuou uma reclamação relatando os fatos acima com pedido de danos materiais e morais, já que o contrato não havia sido cumprido. Afirmou que o jurisdicionado deveria retornar no prazo de vinte dias para ser intimado da audiência preliminar, eis que o processo não havia sido distribuído. O reclamante retornou no prazo de vinte dias e foi devidamente intimado da audiência preliminar. Você, conciliador, está realizando a audiência neste momento."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

12. Assinale a alternativa CORRETA:

I) o servidor que atendeu a parte não poderia ter ajuizado a reclamação, eis que os incapazes não poderão ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95.

II) o servidor não poderia ajuizar a ação, já que a simples incapacidade absoluta do autor, por si só, é causa para denegar o acesso aos juizados.

III) o não cumprimento do contrato, por si só, já enseja danos morais.

IV) o servidor incorreu em erro, eis que registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

a) a audiência preliminar não poderia ser realizada, ante a incapacidade relativa da parte autora.

b) a audiência preliminar não poderia ser realizada, ante a incapacidade absoluta da parte autora..

c) para a propositura de ação nos juizados incide custas e despesas processuais.

d) nenhuma das alternativas.

14. Assinale a alternativa CORRETA:

a) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

b) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

c) Os conciliadores e Juizes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

d) Os Juizes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

15. Assinale a alternativa CORRETA (Juizado Especial Criminal):

a) é cabível a prisão em flagrante na órbita da lei 9.099/95.

b) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

c) O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

d) Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração interrompem o prazo para o recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível não é facultativo para o autor.
- b) O valor de alçada de 60 salários mínimos previsto no artigo 2º da Lei 12.153/09, não se aplica aos Juizados Especiais Cíveis, cujo limite permanece em 40 salários mínimos.
- c) Lei local poderá ampliar a competência do Juizado Especial.
- d) Nos juizados especiais não há a possibilidade de ser ajuizada ação de despejo, por ser procedimento próprio.

17. Assinale a alternativa CORRETA (enunciados do FONAJE – Juizado Criminal):

- a) A ausência injustificada do autor do fato à audiência preliminar implicará em vista dos autos ao Ministério Público para o procedimento cabível.
- b) O Ministério Público, oferecida a representação em Juízo, não poderá propor diretamente a transação penal, caso a vítima não compareça à audiência preliminar.
- c) Havendo conexão entre crimes da competência do Juizado Especial e do Juízo Penal Comum, prevalece a competência daquele.
- d) a vítima não será intimada para a audiência disposta no artigo 89, da Lei 9.099/95.

18. Assinale a alternativa CORRETA (enunciados do FONAJE – Juizado Criminal)::

- a) Atendidas as peculiaridades locais, o termo circunstanciado não poderá ser lavrado pela Polícia Militar.
- b) No caso de transação penal homologada e não cumprida, o decurso do prazo prescricional provoca a declaração de extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão executória.
- c) A remessa dos autos ao juízo comum, na hipótese do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95 (ENUNCIADO 64), exaure a competência do Juizado Especial Criminal, que se restabelecerá com localização do acusado.
- d) A transação penal não poderá conter cláusula de renúncia à propriedade do objeto apreendido.

19. Acerca das custas e despesas processuais no juizado especial cível:

- a) O acesso ao Juizado Especial independe, em todos os graus de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- b) A sentença de primeiro grau condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.
- c) Na execução não serão contadas custas, salvo quando reconhecida a litigância de má-fé; improcedentes os embargos do devedor e tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.
- d) nenhuma das alternativas.

20. Assinale a alternativa correta. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, dentre outros:

- I - as sentenças serão necessariamente líquidas, contendo a conversão em Bônus do Tesouro Nacional - BTN ou índice equivalente;
- II - os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

III - a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na própria audiência em que for proferida. Nessa intimação, o vencido será instado a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertido dos efeitos do seu descumprimento;

IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

GABARITO

NOME:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

ASSINATURA: _____



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
JUIZADOS ESPECIAIS

JUSTIFICATIVA DO GABARITO

CONSTITUCIONAL

01

I – CORRETA. Art. 5º, inciso LXX

II – FALSO. Como a obtenção de certidão é uma garantia disposta no artigo 5º, inciso XXXIV a ação cabível é o MS nos termos do artigo 5, LXIX. STF informativos 488, 388 e 381.

III – CORRETA. Previsão da CF de 1981.

IV – CORRETA. STF

LETRA CORRETA: **D**

02 – E

CIVIL

03 – A

04 – C

PROCESSO CIVIL

05 – D

06 – A

PROCESSO PENAL

07- B

08-C

CDC

09-B

10 – C

LEI 9.099/95 E ENUNCIADOS FONAJE

11-D

12 – B

13-B

14 – A

15 –A

16 – B

17 – A

18- B

19 –C

20-A

